



Equipe GAMA &lt;gama.supelro@gmail.com&gt;

---

## Impugnação PE 44/2022

---

**ERP LICITACOES** <erPLICITACOES@gmail.com>

26 de janeiro de 2022 11:30

Para: gama.supelro@gmail.com, gapsupel@gmail.com, gabinetesupel@hotmail.com, juridicosupel@gmail.com

Prezado Senhor Pregoeiro,

Encaminhamos a essa Nobre Comissão Impugnação referente ao PE N°. 44/2022/GAMA/SUPEL/RO, em anexo.

Atenciosamente,

Acusar recebimento

ERP de Oliveira

**IMPUGNAÇÃO PE 44.2022 GAMA.pdf**

568K

AO

**GOVERNO DO ESTADO FUNDAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE  
COMPRAS E LICITAÇÕES**

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR ROGÉRIO PEREIRA SANTANA – PREGOEIRO  
DA EQUIPE GAMA/SUPEL/RO**

**REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 44/2022/GAMA/SUPEL/RO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0036.477807/2019-48**

**E. R. P. DE OLIVEIRA COMERCIO DE INFORMATICA E  
SERVICO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA CNPJ: 10.927.661/0001-10,**  
pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada nos autos do processo  
administrativo em epígrafe, sediada na Santos Dumont nº 1709 “Térreo” – Bairro  
Pedrinhas CEP: 76801-462, na cidade de Porto Velho-RO, E-mail:  
[wapdeoliveira@hotmail.com](mailto:wapdeoliveira@hotmail.com) / [erpdeoliveira2019@gmail.com](mailto:erpdeoliveira2019@gmail.com) vem à presença de Vossa  
Senhoria respeitosamente manifestar:

### **IMPUGNAÇÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO EM EPIGRAFE**

Pelos motivos de fato e direito que se seguem, com base nas diretrizes  
contidas nas normas reguladoras da Licitação, pelos substratos fáticos e jurídicos que  
seguem apresentados.

#### **I – DA TEMPESTIVIDADE**

A presente impugnação apresenta-se de forma tempestiva, após  
manifestada no prazo estabelecido no item 3.1 do Instrumento Convocatório (Edital)  
embasado no art. 24 do Decreto Estadual nº 26.182, DE 24 DE JUNHO DE 2021, que  
assim dispõe:

**3.1. Até 03 (três) dias úteis que anteceder a abertura da sessão  
pública, qualquer cidadão e licitante poderá IMPUGNAR o  
instrumento convocatório deste PREGÃO ELETRÔNICO,  
conforme art.24 do Decreto Estadual nº 26.182/2021, devendo o  
licitante mencionar o número do pregão, o ano e o número do  
processo licitatório, manifestando-se**

**PREFERENCIALMENTE via e-mail:**  
**gama.supelro@gmail.com (ao transmitir o e-mail, o mesmo**  
**deverá ser confirmado pelo(a) Pregoeiro(a) e/ou equipe de**  
**apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone**  
**(069) 3212-9266, ou ainda, protocolar o original junto a Sede**  
**desta Superintendência de Licitações, no horário das**  
**07h30min. às 13h30min., de segunda-feira a sexta-feira, situada**  
**na Av. Farquar, S/N - Bairro: Pedrinhas - Complemento:**  
**Complexo Rio Madeira, Ed. Prédio Central – Rio Pacaás**  
**Novos, 2º Andar em Porto Velho/RO - CEP: 76.903-036,**  
**Telefone: 69.3212-9242.**

**3.1.1. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela**  
**elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação**  
**no prazo de até 1 (um) dia útil antecedente à data marcada**  
**para a abertura da licitação.**

**3.1.2. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto à impugnação será**  
**informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na**  
**impugnação), e ainda através do campo próprio do Sistema**  
**Eletrônico do site Comprasnet, ficando o licitante obrigado a**  
**acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a)**  
**Pregoeiro(a).** **3.1.3. Acolhida à impugnação contra o ato**  
**convocatório, desde que altere a formulação da proposta de**  
**preços, será definida e publicada nova data para realização do**  
**certame.**

**3.1.3.1. Até 24 (vinte e quatro) horas da sessão inaugural, o(a)**  
**Pregoeiro(a) deverá disponibilizar a resposta da impugnação**  
**protocolada, caso contrário, o(a) Pregoeiro(a) antes da data e**  
**horário previsto suspenderá o certame licitatório, para**  
**confeção da resposta pretendida, e assim, definir uma nova**  
**data para a realização do referido certame.** Grifos Nossos.

A data da sessão pública encontra-se marcada para abertura em  
**01/02/2022 (terça-feira) às 09h00min (horário de Brasília – DF).**

## **II – DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

Em conformidade com o Instrumento Convocatório (Edital), foi aberta autorização para instauração de procedimento licitatório, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção, com fornecimento de materiais e equipamentos nas dependências do prédio

onde funcionam a Coordenadoria de Gestão e Assistência Farmacêutica (CGAF), Central de Abastecimento Farmacêutico para Medicamentos (CAF I), Anexo da Central de Abastecimento Farmacêutico para Medicamentos (ANEXO DO CAF I), Central de Abastecimento Farmacêutico para Artigos Médico Hospitalar (CAF II), Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio (CAP), Coordenadoria de Nutrição Enteral (CENE) e Núcleo de Mandados Judiciais - NMJ (GALPÃO), visando à obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, de forma contínua, por um período de 12 (doze) meses, prorrogáveis de acordo com o disposto nos termos da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

### **III – DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

Pretende apontar situações que devem ser esclarecidas facilitando-se a compreensão de determinadas cláusulas e evitando-se interpretações equivocadas.

São fundamentos que justificam a presente impugnação conforme a exposição a seguir:

#### **III.1 – QUANTO AO FATO DE QUE NO EDITAL DEIXOU DE CONSTAR INSTRUÇÃO LEGAL NO QUE DIZ RESPEITO A NÃO UTILIZAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DO REGIME TRIBUTÁRIO DO SIMPLES NACIONAL.**

Em consonância com o disposto no Artigo 17 e 18 § 5º-C da Lei complementar 123/2006, que trata a respeito das Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, essas empresas **não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17 e 18 § 5º-C, da Lei Complementar no 123/2006 vejamos:**

**“Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte:**

**XII – que realize cessão ou locação de mão-de-obra;**

**Art. 18 § 5º-C Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do Anexo IV desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar,**

**devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis: VI - serviço de vigilância, limpeza ou conservação).** Grifos Nossos.

Relacionamos a seguir alguns certames nos quais essa vedação a utilização dos benefícios do Regime de Tributação do Simples Nacional fica evidente:

Pregão Eletrônico nº 051 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2021 (Processos Administrativos n.º 23130000545/2021-79) UASG nº 3440 deflagrado pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, conforme o item 6.7 do Instrumento Convocatório (Edital) vejamos:

**“6.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.”** Grifo Nosso.

Pregão Eletrônico nº PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2021 (Processo Administrativo n.º 00676.001318/2021-06) UASG nº 3440 deflagrado pela ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, conforme o item 6.9 do Instrumento Convocatório (Edital) vejamos:

**“6.9. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.”** Grifo Nosso.

Diante das citações acima, resta evidente que **as empresas classificadas na condição de ME/EPP, não poderão se beneficiar do Regime de Tributação do SIMPLES NACIONAL NO PRESENTE CERTAME, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.**

**“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da**

impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao Instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991". Grifos Nossos.

Insta esclarecer que os Princípios da Igualdade e da Vinculação ao Instrumento Convocatório, que quando desrespeitado o mesmo macula o certame e obriga à republicação do edital ou o estorno a fase antes de sua violação, tornando nulo todos os atos praticados sob o véu do descumprimento legal. Com isso, desrespeitando os ditames abrangidos no Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, conforme jurisprudência do STF e doutrina abaixo descrita.

Nesse entendimento:

O Ilustre doutrinador Marçal Justen Filho, em sua obra, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, ed. Dialética, 2010, 14ª edição, in verbis:

(...)

"2.3.4) Esgotamento da discricionariedade:

vinculação ao instrumento convocatório Impõe-se, assim, a objetivação da decisão e da escolha do administrador. Isso significa que a Lei determina que a seleção do contratante e a definição do próprio "contrato" sejam retiradas do plano das meras cogitações pessoais e particulares do agente administrativo que exercita a função de julgar as propostas. Para isso, submete a escolha do administrador a um "procedimento" - ou seja, uma série ordenada e conjugada de atos, cuja sucessão conduz a uma decisão final subordinada a controle quanto à racionalidade, adequação e conveniência. A licitação não é apenas uma sequência formal e mecânica de atos. A sucessão de atos significa a dissociação temporal dos diversos componentes da decisão do administrador, sem que isso propicie ausência de vinculação lógico-jurídica entre eles.

"2.3.4.1) A exaustão da discricionariedade

Cada fase da licitação culmina com uma decisão. Mesmo nas fases ditas internas (tais como "definição do objeto a ser licitado" e

"elaboração do edital"), são tomadas decisões fundamentais para definir a futura contratação. Existe uma "especialização" em cada fase da licitação. Ou seja, em cada fase, a atenção se dirige a um certo aspecto do problema. Cuida-se de um ângulo específico da questão a ser decidida. De outro lado, cada decisão condiciona o seguimento do procedimento licitatório. Assim, quando se define o objeto a ser licitado, está se condicionando o conteúdo do edital. O conteúdo do edital restringe as possibilidades dos concorrentes e delimita as propostas que serão apreciadas etc. Daí aludir-se ao princípio da vinculação ao edital, para indicar o esgotamento da competência discricionária. Ao produzir e divulgar o ato convocatório, a Administração exercita juízos de conveniência e oportunidade sobre o objeto a ser contratado, os requisitos de participação, os critérios de seleção do vencedor. Se a Administração identificar, posteriormente, algum defeito na sua atuação anterior, ser-lhe-á assegurada a faculdade de rever o edital, mas isso importará a invalidação do certame e a renovação da competição. NO CURSO DE UMA LICITAÇÃO, É VEDADO ALTERAR OS CRITÉRIOS E AS EXIGÊNCIAS FIXADAS NO ATO CONVOCATÓRIO. Grifos nossos.

#### IV – DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, por respeito aos princípios Constitucionais da Legalidade, da Isonomia e da ausência de danos ao interesse público, requeremos a retificação do edital em questão, caso não seja esse o entendimento dessa mui digna comissão, que então remeta a presente para a autoridade competente para que, tomando conhecimento dos termos da presente impugnação, faça-se as devidas alterações aqui requeridas, quais sejam:

- a) Deferir a expedição da presente impugnação e , assim sendo;
- b) Sejam sanadas as irregularidades apontadas no Edital em epígrafe, estabelecida uma nova data para abertura do certame licitatório;
- c) Seja oportunizado aos licitantes, conforme fundamentação, a Competitividade e a Isonomia entre as participantes;

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Porto Velho-RO, 26 de janeiro de 2022.



*Antonio Bezerra de A. Filho*  
Antonio Bezerra de A. Filho  
Proprietário